

2022

ÍNDEx NACIONAL DO ACESSO AO MEDICAMENTO HOSPITALAR

ESTUDO PROMOVIDO

DESENVOLVIDO POR

COM O APOIO

APAH

FACULDADE DE FARMÁCIA
UNIVERSIDADE DE LISBOAAPFH
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FARMACÊUTICOS HOSPITALARES

SOBRE O ÍNDEx

OBJETIVOS DO ESTUDO INTERCALAR 2022

- 1 Estudar o processo de introdução dos novos medicamentos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), após a decisão de financiamento por parte do Ministério da Saúde (MS), nomeadamente através da caracterização do papel e funcionamento das Comissões de Farmácia e Terapêutica (CFT's)
- 2 Perceber como é realizada a medição de resultados nos hospitais (*Value-based Healthcare*)
- 3 Analisar a dimensão e gravidade das ruturas de medicamentos nos hospitais do SNS, estudando os mecanismos existentes para a realização dessa avaliação, bem como os mecanismos de mitigação/gestão destas ruturas
- 4 Caracterizar o processo da consulta farmacêutica
- 5 Identificar barreiras no acesso ao medicamento junto dos profissionais dos hospitais do SNS, de forma qualitativa.

Período de análise
2021

Período de resposta
4 a 31 de outubro de 2022

Destinatários do estudo
Instituições hospitalares do SNS

Participação
Voluntária e Anónima

Taxa de resposta
45%

ACESSO A MEDICAMENTOS APÓS DECISÃO DE FINANCIAMENTO



Após **aprovação do MS**, **95% das instituições** utilizam um procedimento prévio à introdução de um novo medicamento



Em 82% das instituições o acesso ao medicamento ocorre apenas após a sua **inclusão no Formulário Nacional do Medicamento (FNM)**



O **impacto Clínico** do novo medicamento é avaliado em **82% das instituições**



O **impacto financeiro** do novo medicamento é avaliado em **95% das instituições**

FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

EM 59%

a **CFTs** reúne **semanalmente**

EM MÉDIA

as **CFTs** são compostas por **7 elementos**

A maioria das instituições concorda totalmente com:

Existência de uma **plataforma digital** para **gestão e estruturação de acompanhamento** dos pedidos e sistematização do ciclo de tomada de decisão - **82%**

Existência de uma **plataforma digital** para **registo e monitorização dos impactos e resultados** da utilização de novos medicamentos - **82%**

Existência de uma **plataforma digital** nacional das CFTs que permita a **comunicação e partilha de conhecimento**, decisões e análise consolidada global - **77%**

Criação de **indicadores de acompanhamento** de processo e monitorização de resultados da utilização de novos medicamentos - **86%**

Definição de um **Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG)** para o processo de aprovação de novos medicamentos - **50%**

Introdução de **algoritmos de inteligência artificial** para darem apoio à tomada de decisão e desenvolvimento de conhecimento na aprovação de novos medicamentos - **59%**

UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS BASEADA EM RESULTADOS

68% das instituições seleciona os medicamentos que utiliza com base em **resultados de utilização em contexto de vida real** (pós introdução)

82% das instituições **não possui um sistema integrado** de gestão de dados clínicos, financeiros e administrativos que permita realizar uma **análise de custo-efetividade dos medicamentos**

55% das instituições **não possui qualquer sistema de recolha** sistemática de dados relativos à **segurança clínica dos medicamentos**

Apenas 27% das instituições:

Possui um **sistema de recolha sistemática dos resultados clínicos** obtidos com medicamentos

Efetua a **gestão de dados de efetividade e segurança clínica** relativos à utilização dos medicamentos em contexto de vida real

Apenas 18% das instituições realiza **comparações de efetividade** entre terapêuticas, em contexto de doentes em tratamento na instituição

Apenas 18% das instituições recolhe de forma sistemática **dados sobre a qualidade de vida** dos doentes em terapêutica

68% das instituições regista dados clínicos e terapêuticos, bem como os **resultados dos tratamentos** em registos de doentes de âmbito nacional

RUTURAS DE MEDICAMENTOS

77% das instituições considera a rutura de medicamentos um **problema grave**

Destas, 27% considera que o problema **afeta apenas os medicamentos com genéricos**

Em **73%** das instituições ocorrem regularmente ruturas de stock: **32%** são afetadas por **ruturas mensais**, **23%** **semanais** e **18%** **diárias**

2018 > **2020** > **2021**

Verifica-se uma **tendência de melhoria** ao longo destes anos.

86% das instituições possui um departamento, núcleo ou pessoa **responsável por solucionar os problemas relacionados com as ruturas**, mas só em **37%** das instituições **é avaliado o impacto destas ruturas**

68% das instituições possui um registo de ocorrências de ruturas, mas só em **50%** são **registadas as soluções** encontradas para mitigar as ruturas

Na sua maioria, as instituições utilizam a plataforma de Gestão da Disponibilidade do Medicamento (INFARMED, I.P.) para gerir as ruturas, considerando que a mesma é uma ferramenta útil.

CONSULTA FARMACÊUTICA

27% das instituições têm consulta farmacêutica, mas esta apenas está disponível em algumas situações específicas

As **características do doente**, a **patologia** e a **terapêutica** constituem os **principais critérios de seleção** dos doentes para a **consulta farmacêutica**

Os **critérios de referência** para a consulta farmacêutica são **definidos, sobretudo**, pelos **Serviços Farmacêuticos**

Melhorar a **articulação com outros profissionais de saúde**, criar **meios de comunicação facilitadores de contacto do farmacêutico com o doente** e **disseminar informação periódica sobre o desempenho da consulta** são os **aspectos a melhorar**, para a maioria das instituições, no que respeita à consulta farmacêutica.

BARREIRAS NO ACESSO AOS MEDICAMENTOS

68%
Carga Administrativa

55%
Falta de recursos humanos do hospital

55%
Processo de aquisição via SPMS

41%
Modelo de financiamento dos medicamentos